



EM Nº 308/2015

Florianópolis, 25 de setembro de 2015.

Senhor Governador,

Submetemos à apreciação de Vossa Excelência, em anexo, Projeto de Lei que “Estima a receita e fixa a despesa do Estado para o exercício financeiro de 2016”, em cumprimento ao que dispõe o artigo 120 da Constituição do Estado, compreendendo os Orçamentos Fiscal, da Seguridade Social e de Investimento.

A proposta orçamentária que apresentamos foi elaborada em consonância com as normas e princípios constitucionais que disciplinam o orçamento público, com a Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, com a Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000, e com a Lei nº 16.672, de 31 de julho de 2015 – Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro do ano de 2016. A presente proposta orçamentária guarda ainda, restrita compatibilidade com o Projeto de Lei Nº PL./0354.2/2015 que “Institui o Plano Plurianual para o quadriênio 2016-2019 e estabelece outras providências”, em tramitação na Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina - ALESC, cujos programas visam promover avanços na qualidade da educação e da saúde públicas; garantir mais segurança e tranquilidade às pessoas; melhorar as condições de moradia e saneamento ambiental; ampliar as oportunidades de inclusão dos segmentos sociais mais pobres e vulneráveis; integrar e expandir a rede de transporte; ampliar a infraestrutura física e capacitar pessoas para que a economia catarinense potencialize as oportunidades de crescimento, aumentando sua competitividade e acelerando a geração de emprego e renda, gerando maior equilíbrio entre as regiões do Estado e entre as pessoas.

Excelentíssimo Senhor  
**JOÃO RAIMUNDO COLOMBO**  
Governador do Estado de Santa Catarina  
Florianópolis – SC



Atendendo as normas vigentes sobre a gestão pública, em 2016 o governo continuará mantendo um rigoroso controle sobre as despesas, buscando o equilíbrio das contas públicas e a alocação eficiente dos recursos, conforme prevê a Lei de Responsabilidade Fiscal. Dará ênfase à modernização da gestão pública e à articulação e coordenação das ações, visando à redução de despesas e incremento de receitas, a potencialização dos recursos para a prestação de serviços de qualidade, a preservação dos investimentos programados, bem como ao cumprimento das metas previstas no Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal do Estado.

Quanto ao atendimento das prioridades para o exercício de 2016, foram programadas subações, descritas no Anexo de Prioridades da Administração Pública Estadual, constante do Projeto de Lei Nº PL./0354.2/2015 que “Institui o Plano Plurianual para o quadriênio 2016-2019 e estabelece outras providências”, em tramitação na ALESC, que contempla as subações colocadas em primeiro plano pelo governo do Estado, cujas obras e serviços retratam os investimentos estaduais elencados no Pacto por Santa Catarina a serem executados com recursos próprios e com recursos provenientes de operações de crédito internas e externas.

Dentre estas, destacamos aquelas contratadas com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES para fazer frente aos Programas Acelera Santa Catarina e Caminhos do Desenvolvimento, bem como com o Banco do Brasil S/A para financiar os investimentos previstos no Programa Caminhos Estratégicos da Produção e Prevenção de Desastres Naturais e outros investimentos previstos no Pacto por Santa Catarina. Ainda fazem parte das prioridades, as ações a serem desenvolvidas pelos órgãos da Administração Pública Estadual, cujos recursos foram contratados com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, além das prioridades estabelecidas pelas Empresas Públicas Estaduais, pelo Tribunal de Contas do Estado, pelo Tribunal de Justiça do Estado e pelo Ministério Público de Santa Catarina.

Ainda quanto ao atendimento das prioridades da Administração Pública Estadual para o exercício de 2016, foram contempladas também, as subações priorizadas nas Audiências Públicas Regionais promovidas pela ALESC o que demonstra o esforço do governo do Estado em atender as demandas regionais.



No entanto, 58,85% das demandas regionais, estão classificadas na função transporte, com a implantação de novos acessos, contornos rodoviários, pavimentação e recuperação de rodovias.

O quadro a seguir apresenta o quantitativo e a dotação orçamentária das subações priorizadas pelas Audiências Públicas Regionais, por função:

Função	Subações -2016		Dotação - 2016	
	Quantidade	Proporção	Valor	Proporção
Transporte	143	58,85%	231.630.480	57,45%
Educação	32	13,17%	82.384.953	20,43%
Saúde	31	12,76%	76.620.000	19,00%
Direitos da Cidadania	7	2,88%	9.350.000	2,32%
Segurança Pública	6	2,47%	1.000.000	0,25%
Comércio e Serviços	6	2,47%	600.000	0,15%
Administração	2	0,82%	500.000	0,12%
Assistência Social	4	1,65%	304.080	0,08%
Ciência e Tecnologia	3	1,23%	300.000	0,07%
Gestão Ambiental	7	2,88%	300.000	0,07%
Agricultura	1	0,41%	100.000	0,02%
Trabalho	1	0,41%	100.000	0,02%
<b>Total Geral - LOA</b>	<b>243</b>	<b>100,00%</b>	<b>403.189.513</b>	<b>100,00%</b>
<b>Total Geral - PPA</b>	<b>416*</b>	<b>58,41%**</b>	<b>635.358.571***</b>	<b>63,46%**</b>

\*Número de subações oriundas de Audiências Públicas para o período de 2016-2019;  
\*\*Proporção entre a programação do PPA e LOA (Índice = Total LOA/Total PPA); e  
\*\*\*Valor programado para o exercício de 2016 do PPA (Total Geral é de 1,77 bi).

Fonte: Sistema de Planejamento e Gestão Fiscal – SIGEF – atualizado até 23/09/2015

## 1. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DE JANEIRO A JUNHO DE 2015

A execução orçamentária de janeiro a junho de 2015 permite comparar as receitas que foram estimadas com as receitas efetivamente arrecadadas, bem como comparar as despesas fixadas com as realizadas, retratando os resultados obtidos no período. Serão apresentados a situação financeira do Estado e o passivo financeiro da administração direta e indireta, em 30 de junho de 2015.

### 1.1. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA RECEITA

A receita arrecadada nesse período totalizou R\$ 10.491.098.088,00 (dez bilhões, quatrocentos e noventa e um milhões, noventa e oito mil, oitenta e oito reais),



ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

correspondendo a 42,27% do total orçado para 2015, conforme dados apresentados na tabela 1.

Tabela 1 - COMPARATIVO ENTRE A RECEITA ORÇADA PARA 2015 E A ARRECADADA ATÉ 30/06/2015 - CONSOLIDADO GERAL

EM R\$

DESCRIÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	%	A REALIZAR
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>29.406.838.639</b>	<b>13.823.038.967</b>	<b>47,01%</b>	<b>15.583.799.672</b>
RECEITAS TRIBUTÁRIAS	20.773.639.626	9.645.988.268	46,43%	11.127.651.358
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	602.911.418	324.505.143	53,82%	278.406.276
RECEITA PATRIMONIAL	543.755.476	385.586.521	70,91%	158.168.955
RECEITA AGROPECUÁRIA	2.369.305	509.560	21,51%	1.859.745
RECEITA INDUSTRIAL	11.031.075	1.898.909	17,21%	9.132.166
RECEITA DE SERVIÇOS	486.133.391	239.608.693	49,29%	246.524.698
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	6.417.786.426	2.875.876.287	44,81%	3.541.910.139
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	569.211.922	349.065.587	61,32%	220.146.335
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>2.782.204.421</b>	<b>175.062.388</b>	<b>6,29%</b>	<b>2.607.142.033</b>
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	2.624.855.462	141.926.000	5,41%	2.482.929.462
ALIENAÇÃO DE BENS	49.753.820	1.752.600	3,52%	48.001.220
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	45.696.222	9.419.581	20,61%	36.276.641
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	61.898.917	21.964.208	35,48%	39.934.709
<b>RECEITAS INTRAORÇAMENTÁRIAS CORRENTES</b>	<b>1.243.007.176</b>	<b>570.204.846</b>	<b>45,87%</b>	<b>672.802.331</b>
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	955.384.248	459.079.320	48,05%	496.304.928
RECEITA PATRIMONIAL	1.323.823	625.980	47,29%	697.843
RECEITA INDUSTRIAL	5.398.000	-	0,00%	5.398.000
RECEITA DE SERVIÇOS	194.904.120	84.456.176	43,33%	110.447.944
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	85.996.985	26.043.369	30,28%	59.953.616
<b>RECEITAS INTRAORÇAMENTÁRIAS DE CAPITAL</b>	<b>889.716</b>	<b>4.894.047</b>	<b>550,07%</b>	<b>- 4.004.331</b>
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	889.716	4.894.047	550,07%	- 4.004.331
<b>DEDUÇÕES DA RECEITA</b>	<b>- 8.616.490.464</b>	<b>- 4.082.102.159</b>	<b>47,38%</b>	<b>- 4.534.388.305</b>
DEDUÇÃO DA RECEITA CORRENTE	- 8.616.490.464	- 4.082.102.159	47,38%	- 4.534.388.305
<b>TOTAL</b>	<b>24.816.449.488</b>	<b>10.491.098.088</b>	<b>42,27%</b>	<b>14.325.351.400</b>

Fonte: Diretoria de Contabilidade Geral da Secretaria de Estado da Fazenda de Santa Catarina



Entre janeiro e junho de 2015, a arrecadação do principal tributo estadual, o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS totalizou R\$ 8.102.330.401,00 (oito bilhões, cento e dois milhões, quatrocentos e um mil reais), representando um incremento de 5,50% em relação ao mesmo período do ano anterior. O montante representa 45,85% do valor orçado para o ano. A composição dos recursos do ICMS está apresentada na tabela 2.

Tabela 2 - COMPARATIVO ENTRE A RECEITA DO ICMS ORÇADA PARA 2015 E A ARRECADADA ATÉ 30/06/2015 - CONSOLIDADO GERAL

DESCRIÇÃO	ORÇADA		ARRECADADA		EM R\$	
	2014	2015	ATÉ	ATÉ	2014/ 2015	DO ORÇADO 2015
			jun/14	jun/15		
<b>ICMS - ESTADUAL</b>	<b>11.487.552.059</b>	<b>13.254.337.562</b>	<b>5.760.152.257</b>	<b>6.076.747.831</b>	<b>5,50%</b>	<b>45,85%</b>
Principal	11.402.832.859	13.156.588.552	5.692.602.250	5.999.397.127	5,39%	45,60%
Multas e Juros de Mora	66.286.507	76.481.371	40.310.582	41.585.394	3,16%	54,37%
Dívida Ativa	8.336.338	9.618.466	15.621.456	17.973.924	15,06 %	186,87%
Multa e Juros de Mora da Dívida Ativa	10.096.355	11.649.173	11.617.970	17.791.386	53,14 %	152,73%
<b>ICMS - MUNICIPAL</b>	<b>3.829.183.981</b>	<b>4.418.112.475</b>	<b>1.920.050.708</b>	<b>2.025.582.570</b>	<b>5,50%</b>	<b>45,85%</b>
Principal	3.800.944.249	4.385.529.475	1.897.534.067	1.999.799.027	5,39%	45,60%
Multas e Juros de Mora	22.095.500	25.493.787	13.436.844	13.861.784	3,16%	54,37%
Dívida Ativa	2.778.780	3.206.156	5.207.146	5.991.304	15,06 %	186,87%
Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa	3.365.452	3.883.057	3.872.651	5.930.456	53,14 %	152,73%
<b>TOTAL</b>	<b>15.316.736.040</b>	<b>17.672.450.037</b>	<b>7.680.202.965</b>	<b>8.102.330.401</b>	<b>5,50%</b>	<b>45,85%</b>

Fonte: Diretoria de Contabilidade Geral da Secretaria de Estado da Fazenda de Santa Catarina

Considerando que o valor arrecadado no primeiro semestre de 2015 representou 45,85% do valor orçado para o ano, e no segundo semestre, de acordo com o comportamento da arrecadação nos últimos cinco anos, a arrecadação é superior ao primeiro, estima-se que a arrecadação para este exercício atingirá a meta estabelecida na Lei Orçamentária para 2015.

## 1.2. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA

A tabela 3 apresenta a despesa autorizada para 2015 após a incorporação dos créditos adicionais e a despesa realizada até junho do mesmo ano. Os dados indicam que a despesa realizada no período de janeiro a junho de 2015 alcançou R\$ 10.390.294.638,99 (dez bilhões, trezentos e noventa milhões, duzentos e noventa e quatro mil, seiscentos e



trinta e oito reais e noventa e nove centavos), correspondendo a 38,05 % da despesa orçada para 2015, autorizada em R\$ 27.306.913.858,59 (vinte e sete bilhões, trezentos e seis milhões, novecentos e treze mil, oitocentos e cinqüenta e oito reais e cinqüenta e nove centavos).

A despesa a realizar em 2015 representa R\$ 16.916.619.219,60 (dezesesse bilhões, novecentos e dezesseis milhões, seiscentos e dezenove mil, duzentos e dezenove reais e sessenta centavos).

Tabela 3 - COMPARATIVO ENTRE A DESPESA AUTORIZADA (APÓS INCORPORAÇÃO DOS CRÉDITOS ADICIONAIS) E A REALIZADA ATÉ 30/06/2015 - CONSOLIDADO GERAL

EM R\$

DESCRIÇÃO	AUTORIZADA	REALIZADA	%	A REALIZAR
		(Liquidada)		
<b>Despesas Correntes</b>	<b>20.788.971.937,19</b>	<b>9.425.324.571,03</b>	<b>45,34%</b>	<b>11.363.647.366,16</b>
Pessoal e Encargos Sociais	11.879.168.253,27	6.573.588.898,03	55,34%	5.305.579.355,24
Juros e Encargos da Dívida	1.015.211.749,35	450.702.116,70	44,39%	564.509.632,65
Outras Despesas Correntes	7.894.591.934,57	2.401.033.556,30	30,41%	5.493.558.378,27
<b>Despesas de Capital</b>	<b>6.412.157.635,40</b>	<b>964.970.067,96</b>	<b>15,05%</b>	<b>5.447.187.567,44</b>
Investimentos	5.422.213.359,26	559.123.284,04	10,31%	4.863.090.075,22
Inversões Financeiras	115.960.973,68	19.266.658,64	16,61%	96.694.315,04
Amortização da Dívida	873.983.302,46	386.580.125,28	44,23%	487.403.177,18
<b>Reserva de Contingência do RPPS</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,00</b>
<b>Reserva de Contingência</b>	<b>105.784.286,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00%</b>	<b>105.784.286,00</b>
<b>TOTAL</b>	<b>27.306.913.858,59</b>	<b>10.390.294.638,99</b>	<b>38,05%</b>	<b>16.916.619.219,60</b>

Fonte: Diretoria de Contabilidade Geral da Secretaria de Estado da Fazenda de Santa Catarina

Portanto, o governo estadual, neste 1º semestre realizou 38,05% (tabela 3) da despesa autorizada e arrecadou 42,27% (tabela 1) da receita orçada para 2015.

### 1.3. POSIÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA

A tabela abaixo apresenta a situação financeira do Estado de janeiro a junho de 2015, especificando as suas receitas e despesas, bem como os recursos aplicados no sistema financeiro pelos poderes públicos estaduais.

Tabela 4 - BALANÇO FINANCEIRO - ATÉ 30/06/2015 - CONSOLIDADO GERAL

EM R\$

<b>1</b>	<b>SALDO ANTERIOR</b>	<b>7.239.307.188,25</b>
<b>2</b>	<b>RECEITA ORÇAMENTÁRIA</b>	<b>10.491.098.088,16</b>
<b>3</b>	<b>TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS</b>	<b>30.810.202.435,66</b>
<b>4</b>	<b>RECEBIMENTOS EXTRAS</b>	<b>10.035.341.707,69</b>
<b>5</b>	<b>TOTAL DAS ENTRADAS (2 + 3 + 4)</b>	<b>51.336.642.231,51</b>



<b>6</b>	<b>DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>13.095.722.009,56</b>
<b>7</b>	<b>TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS</b>	<b>30.810.202.435,67</b>
<b>8</b>	<b>PAGAMENTOS EXTRAS</b>	<b>6.418.537.641,39</b>
<b>9</b>	<b>TOTAL DAS SAÍDAS (6 + 7 + 8)</b>	<b>50.324.462.086,62</b>
<b>10</b>	<b>DISPONÍVEL PARA O PERÍODO SEGUINTE (1 + 5 - 9)</b>	<b>8.251.487.333,14</b>
<b>10.1</b>	<b>Caixa</b>	<b>0,00</b>
<b>10.2</b>	<b>Bancos Conta Movimento</b>	<b>52.053.064,75</b>
10.2.1	Assembleia Legislativa do Estado	3.583,14
10.2.2	Tribunal de Contas do Estado	1.373.679,31
10.2.3	Tribunal de Justiça do Estado	4.062.720,21
10.2.4	Ministério Público	646,54
10.2.5	Poder Executivo	46.612.435,55
<b>10.3</b>	<b>Aplicações Financeiras *</b>	<b>8.199.434.268,39</b>
10.3.1	Assembleia Legislativa do Estado	109.816.365,25
10.3.2	Tribunal de Contas do Estado	77.894.901,92
10.3.3	Tribunal de Justiça do Estado	6.469.819.978,10
10.3.4	Ministério Público	151.966.016,72
10.3.5	Poder Executivo	1.389.937.006,40

\*Do valor aplicado R\$ 48.884,19 representa aplicação do RPPS.

Fonte: Diretoria de Contabilidade Geral da Secretaria de Estado da Fazenda de Santa Catarina

#### 1.4. PASSIVO FINANCEIRO

O passivo financeiro é uma categoria do passivo, contida no Balanço Patrimonial das entidades do setor público, que compreende os compromissos exigíveis, cujo pagamento independe de autorização orçamentária. Tais compromissos abrangem, basicamente, os “Restos a Pagar”, os “Serviços da Dívida a Pagar”, as “Retenções de Terceiros” (por exemplo, as pensões alimentícias e impostos), os “Depósitos” (por exemplo, as cauções e/ou as garantias recebidas de terceiros e os depósitos judiciais) e os “Débitos de Tesouraria” (por exemplo os encargos relativos a operações de crédito por antecipação da receita).

Como se observa, todas estas modalidades de compromissos dependem apenas de decisão administrativa ou judicial para serem entregues aos interessados, não envolvendo atos de execução no orçamento do exercício.

O passivo financeiro da administração direta e indireta, em 30 de junho de 2014 totalizou R\$ 9.197.320.406,00 (nove bilhões, cento e noventa e sete milhões, trezentos e vinte mil e quatrocentos e seis reais), conforme discriminado na tabela 5.



Tabela 5 - DEMONSTRATIVO DO PASSIVO FINANCEIRO ATÉ 30/06/2015

						EM R\$
CONTAS	FUNDOS	FUNDAÇÕES	AUTARQUIAS	ADM. DIRETA	EMPRESAS	TOTAL
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais	126.266.538	18.959.139	192.262.667	303.670.270	84.688.719	<b>725.847.332</b>
Empréstimos e Financiamentos	-	-	-	366.447.448	-	<b>366.447.448</b>
Fornecedores e Contas a Pagar	182.521.515	1.044.054	11.112.512	189.513.427	3.016.678	<b>387.208.186</b>
Obrigações Fiscais	-	178	241.647	6.288.486	1.464.315	<b>7.994.627</b>
Provisões a Curto Prazo	712.682	-	1.994.638	778.909.513	26.343.633	<b>807.960.467</b>
Demais Obrigações	272.332.136	5.645.042	45.986.245	6.545.479.635	32.419.288	<b>6.901.862.345</b>
<b>TOTAL</b>	<b>581.832.871</b>	<b>25.648.413</b>	<b>251.597.710</b>	<b>8.190.308.778</b>	<b>147.932.634</b>	<b>9.197.320.406</b>

Fonte: Diretoria de Contabilidade Geral da Secretaria de Estado da Fazenda de Santa Catarina

## 2. ESTIMATIVA DA RECEITA E FIXAÇÃO DA DESPESA PARA 2016

### 2.1. ESTIMATIVA DA RECEITA

A receita do orçamento fiscal e da seguridade social para o exercício financeiro de 2016 está estimada em R\$ 25.751.795.913,00 (vinte e cinco bilhões, setecentos e cinquenta e um milhões, setecentos e noventa e cinco mil e novecentos e treze reais) correspondendo a um crescimento de 3,77% em relação à estimada para o exercício de 2015, orçada em R\$ 24.816.449.488,00 (vinte e quatro bilhões, oitocentos e dezesseis milhões, quatrocentos e quarenta e nove mil, quatrocentos e oitenta e oito reais).

A Receita Corrente Líquida – RCL, conceito estabelecido na Lei de Responsabilidade Fiscal, que serve de base para a verificação do cumprimento dos limites de Gastos com Pessoal, Dívida Consolidada Líquida, das contratações de Operações de Crédito e Concessão de Garantias, está estimada em R\$ 21.715.594.564,00 (vinte um bilhões, setecentos e quinze milhões, quinhentos e noventa e quatro mil e quinhentos e sessenta e quatro reais), representando um crescimento de 7,80%, se comparada à orçada para 2015, no valor de R\$ 20.144.756.915,00 (vinte bilhões, cento e quarenta e quatro milhões, setecentos e cinquenta e seis mil e novecentos e quinze reais).

As receitas provenientes de impostos e das transferências da União ao Estado, base de cálculo para a aplicação de recursos públicos em ações e serviços públicos de saúde e na manutenção e no desenvolvimento do sistema de ensino, totalizaram R\$





18.294.631.035,00 (dezoito bilhões, duzentos e noventa e quatro milhões, seiscentos e trinta e um mil e trinta e cinco reais).

A Receita Líquida Disponível – RLD, base de cálculo para o estabelecimento dos limites percentuais de despesas dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público de Santa Catarina e da Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina cujo conjunto compõe a Fonte 0.1.00, está estimada em R\$ 14.400.000.000,00 (quatorze bilhões e quatrocentos milhões de reais), representando um crescimento de 6,67%, se comparada à estimada para 2015, no valor de R\$ 13.500.000.000,00 (treze bilhões e quinhentos milhões de reais).

As receitas oriundas de operações de crédito internas e externas estão estimadas em R\$ 1.399.108.132,00 (um bilhão, trezentos e noventa e nove milhões, cento e oito mil e cento e trinta e dois reais).

No Orçamento de Investimento das empresas em que o Estado direta ou indiretamente detém a maioria do capital social, com direito a voto, a receita totaliza R\$ 2.281.858.133,00 (dois bilhões, duzentos e oitenta e um milhões, oitocentos e cinquenta e oito mil e cento e trinta e três reais).

## 2.2. FIXAÇÃO DAS DESPESAS

A despesa orçamentária fixada em R\$ 25.751.795.913,00 (vinte e cinco bilhões, setecentos e cinquenta e um milhões, setecentos e noventa e cinco mil e novecentos e treze reais), obedece a preceitos constitucionais e legais, as diretrizes orçamentárias para 2016 e ao Projeto de Lei Nº PL./0354.2/2015 que “Institui o Plano Plurianual para o quadriênio 2016-2019 e estabelece outras providências”, em tramitação na ALESC.

A despesa total com pessoal totaliza R\$ 11.950.535.023,00 (onze bilhões, novecentos e cinquenta milhões, quinhentos e trinta e cinco mil e vinte e três reais), correspondendo a 55,03% da Receita Corrente Líquida para 2016 (Art. 18 da LRF).

Com referência aos recursos a serem aplicados em Ações e Serviços Públicos de Saúde, conforme preconiza o § 3º do Art. 77 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT da Constituição Federal, o Estado aplicará, por meio do Fundo Estadual de Saúde R\$ 2.195.355.725,00 (dois bilhões, cento e noventa e cinco milhões, trezentos e cinquenta e cinco mil e setecentos e vinte e cinco reais), correspondendo a



12% das receitas provenientes de impostos e das transferências da União ao Estado, não estando computadas nesse percentual as despesas com pessoal inativo.

Quanto à Manutenção e ao Desenvolvimento do Sistema de Ensino, o Estado aplicará R\$ 4.606.534.598,00 (quatro bilhões, seiscentos e seis milhões, quinhentos e trinta e quatro mil e quinhentos e noventa e oito reais), correspondendo a 25,18% da receita de impostos e transferências da União ao Estado, não estando computadas nesse percentual as despesas com pessoal inativo.

As despesas do Orçamento de Investimento correspondem a R\$ 2.281.858.133,00 (dois bilhões, duzentos e oitenta e um milhões, oitocentos e cinquenta e oito mil e cento e trinta e três reais).

### **3. RENÚNCIA FISCAL**

Objetivando compensar os valores da renúncia tributária, relativos aos benefícios fiscais estimados para 2016, e previstos na Lei nº 16.672, de 31 de julho de 2015 – Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro do ano de 2016, e em cumprimento ao disposto no art. 165, § 5º da Constituição Federal, acompanha a proposta orçamentária relativa ao ano de 2016, o demonstrativo regionalizado dos efeitos sobre as receitas e as despesas decorrentes de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia.

A renúncia apresentada abrange apenas os benefícios fiscais autônomos, ou seja, aqueles concedidos pelo Estado de Santa Catarina relativos aos tributos de sua competência. Assim, as hipóteses de imunidade e não incidência, por estarem fora do campo da incidência tributária, não são consideradas renúncia, haja vista que o estado não está abrindo mão de receita, e sim deixando de efetuar a cobrança do imposto em virtude das limitações impostas pelo texto constitucional ou pela Legislação Federal.

Os valores calculados foram obtidos a partir das informações constantes na base de dados do Sistema de Administração Tributária - S@T do ano de 2014, a saber: Nota Fiscal Eletrônica (NF-e); Escrituração Fiscal Digital (EFD); a Declaração de Informação de Movimento Econômico (DIME); Demonstrativo de Créditos Informados Previamente (DCIP) e fontes externas tais como IBGE; FIESC; CONATRAN e outras.



As projeções foram calculadas com base na perspectiva de crescimento do PIB e da inflação, obtidos no site do Banco Central do Brasil, conforme consta na Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2016.

É importante destacar que a estimativa ora apresentada tem caráter eminentemente técnico e vale dizer que, somente se realizará caso as operações mercantis que fazem nascer o direito de o Estado tributar, efetivamente ocorram, tal como estimado. Por outro lado, caso os benefícios fiscais não existissem, isso não significaria que a arrecadação simplesmente aumentaria, somando-se o valor da renúncia à arrecadação tributária. Isso por que as operações mercantis poderiam simplesmente não acontecer, ou migrar para outras unidades da Federação, sobretudo num ambiente como o que vivemos em nosso país, onde existem benefícios fiscais em todos os Estados, visando atrair investimentos, naquilo que se costuma denominar “guerra fiscal”. Assim, pode-se dizer que a concessão de benefícios fiscais possui mais de uma função, atuando ora com caráter social, ora com caráter de estímulo ao desenvolvimento econômico do Estado, sendo que neste último caso a renúncia fiscal contribui para o crescimento da arrecadação.

### **3.1. CLASSIFICAÇÃO DOS BENEFÍCIOS FISCAIS**

Apesar da natureza arrecadatória dos tributos de competência estadual, não se pode negar o seu relativo caráter extrafiscal, quando a Administração, com vistas à implementação das políticas públicas do governo, decide promover o desenvolvimento de setores econômicos estratégicos do Estado, ou beneficiar as regiões que apresentam um IDH baixo, ou, até mesmo, favorecer as classes sociais menos favorecidas.

Dessa forma, para se alcançar o bem comum, o Estado lança mão das seguintes modalidades de benefícios fiscais:

- Isenção: Dispensa do pagamento do imposto devido;
- Redução da base de cálculo: Dispensa parcial do pagamento do tributo, dentro dos percentuais previstos no RICMS/SC;
- Crédito presumido: Consiste na atribuição de determinado percentual de crédito sobre suas operações, quando da apuração mensal do imposto a



recolher. Esse crédito pode ser concedido em substituição aos créditos efetivos ou adicionalmente a estes.

- Remissão/Anistia: Consiste no perdão do crédito tributário constituído (imposto/multa).

### 3.2. DEMONSTRATIVO REGIONALIZADO DO IMPÁCTO SOBRE AS RECEITAS E DESPESAS

A tabela a seguir mostra a distribuição regional do impacto das renúncias consolidadas sobre a Receita Total e da Despesa Total, projetadas para o ano de 2016, em valores correntes, conforme consta na LDO/2016.

GERÊNCIA REGIONAL	Valor (R\$)	% REC. TOT.	% DESP. TOT.
1ª GERFE - Florianópolis	492.033.310,14	1,99%	2,01%
2ª GERFE - Itajaí	998.603.907,88	4,04%	4,08%
3ª GERFE - Blumenau	694.272.720,73	2,81%	2,84%
4ª GERFE - Rio do Sul	189.158.964,79	0,76%	0,77%
5ª GERFE - Joinville	1.134.464.619,88	4,59%	4,64%
6ª GERFE - Porto União	167.856.160,48	0,68%	0,69%
7ª GERFE - Joaçaba	327.924.095,79	1,33%	1,34%
8ª GERFE - Chapecó	449.595.164,01	1,82%	1,84%
9ª GERFE - Curitibanos	174.668.250,10	0,71%	0,71%
10ª GERFE - Lages	118.985.510,29	0,48%	0,49%
11ª GERFE - Tubarão	157.695.589,83	0,64%	0,64%
12ª GERFE - Criciúma	254.811.821,48	1,03%	1,04%
13ª GERFE - São Miguel d'Oeste	147.118.466,91	0,59%	0,60%
14ª GERFE - Mafra	87.872.601,55	0,36%	0,36%
15ª GERFE - Araranguá	60.745.383,79	0,25%	0,25%



ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

As tabelas a seguir mostram o impacto das renúncias sobre as receitas totais e as receitas tributárias, segregados por Gerência Regional da Fazenda Estadual – GERFE- e setor econômico.

SETOR	1ª GERFE – Florianópolis			2ª GERFE - Itajaí		
	Valor (R\$)	% REC. TRIB	% REC. TOT.	Valor (R\$)	% REC. TRIB	% REC. TOT.
Agroindustrial e pesqueiro	22.010.949,63	0,16%	0,09%	65.766.286,99	0,48%	0,27%
Têxtil	11.795.396,21	0,09%	0,05%	286.574.032,71	2,07%	1,16%
Importação	143.481.671,40	1,04%	0,58%	422.142.047,23	3,05%	1,71%
Benefícios de caráter social	87.199.557,95	0,63%	0,35%	42.422.641,50	0,31%	0,17%
Embalagens e descartáveis	2.148.273,13	0,02%	0,01%	7.753.753,41	0,06%	0,03%
Metal-mecânico	571.283,50	0,00%	0,00%	1.626.260,19	0,01%	0,01%
Informática e telecomunicações	94.297.382,55	0,68%	0,38%	14.850.832,54	0,11%	0,06%
<sup>3</sup> Fomento às pequenas empresas	7.351.326,84	0,05%	0,03%	19.740.368,81	0,14%	0,08%
Transportes e implementos rodoviários	14.111.070,13	0,10%	0,06%	33.684.719,14	0,24%	0,14%
<sup>4</sup> Fomento à industrialização catarinense	1.192.526,88	0,01%	0,00%	1.150.495,68	0,01%	0,00%
Energia, combustíveis e lubrificantes	29.742.939,10	0,21%	0,12%	12.865.113,88	0,09%	0,05%
Atacadistas	19.689.306,69	0,14%	0,08%	8.156.050,22	0,06%	0,03%
Náutico	35.737.422,78	0,26%	0,14%	29.130.690,29	0,21%	0,12%
Construção civil	4.246.366,82	0,03%	0,02%	5.229.014,77	0,04%	0,02%
Comércio varejista	6.150.875,24	0,04%	0,02%	5.496.077,34	0,04%	0,02%
Outros	12.306.961,29	0,09%	0,05%	42.015.523,18	0,30%	0,17%
<b>TOTAL</b>	<b>492.033.310,14</b>	<b>3,56%</b>	<b>1,99%</b>	<b>998.603.907,88</b>	<b>7,22%</b>	<b>4,04%</b>

<sup>1</sup> 1ª GERFE: Águas Mornas, Alfredo Wagner, Angelina, Anitápolis, Antônio Carlos, Biguaçu, Florianópolis, Governador Celso Ramos, Palhoça, Rancho Queimado, Santo Amaro da Imperatriz, São Bonifácio, São José e São Pedro de Alcântara.

<sup>2</sup> 2ª GERFE: Balneário Camboriú, Bombinhas, Botuverá, Brusque, Camboriú, Canelinha, Guabiruba, Ilhota, Itajaí, Itapema, Luiz Alves, Major Gercino, Navegantes, Nova Trento, Penha, Balneário de Piçarras, Porto Belo, São João Batista e Tijucas.

<sup>3</sup> Não inclui as empresas do SIMPLES NACIONAL

<sup>4</sup> Benefícios concedidos com base no art. 43 da Lei nº 10.297/96



ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

SETOR	5ª GERFE - Blumenau			6ª GERFE - Rio do Sul		
	Valor (R\$)	% REC. TRIB	% REC. TOT.	Valor (R\$)	% REC. TRIB	% REC. TOT.
Agroindustrial e pesqueiro	26.050.136,81	0,19%	0,11%	98.601.421,54	0,71%	0,40%
Têxtil	412.135.860,15	2,98%	1,67%	20.579.484,92	0,15%	0,08%
Importação	72.996.986,36	0,53%	0,30%	1.372.130,12	0,01%	0,01%
Benefícios de caráter social	36.899.142,32	0,27%	0,15%	18.825.148,35	0,14%	0,08%
Embalagens e descartáveis	13.498.412,83	0,10%	0,05%	18.751.030,69	0,14%	0,08%
Metal-mecânico	6.886.242,15	0,05%	0,03%	254.360,58	0,00%	0,00%
Informática e telecomunicações	12.804.175,35	0,09%	0,05%	772.939,89	0,01%	0,00%
<sup>7</sup> Fomento às pequenas empresas	25.665.368,97	0,19%	0,10%	14.538.970,80	0,11%	0,06%
Transportes e implementos rodoviários	19.762.634,10	0,14%	0,08%	1.967.093,82	0,01%	0,01%
<sup>8</sup> Fomento à industrialização catarinense	2.796.751,65	0,02%	0,01%	389.546,93	0,00%	0,00%
Energia, combustíveis e lubrificantes	7.262.136,54	0,05%	0,03%	269.437,43	0,00%	0,00%
Atacadistas	8.923.475,87	0,06%	0,04%	897.047,39	0,01%	0,00%
Náutico	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Construção civil	7.072.789,85	0,05%	0,03%	1.912.931,21	0,01%	0,01%
Comércio varejista	2.866.046,37	0,02%	0,01%	1.324.194,15	0,01%	0,01%
Outros	38.652.561,41	0,28%	0,16%	8.703.226,97	0,06%	0,04%
<b>TOTAL</b>	<b>694.272.720,73</b>	<b>5,02%</b>	<b>2,81%</b>	<b>189.158.964,79</b>	<b>1,37%</b>	<b>0,76%</b>

<sup>5</sup> 3ª GERFE: Apiúna, Ascurra, Benedito Novo, Blumenau, Doutor Pedrinho, Gaspar, Indaial, Pomerode, Rio dos Cedros, Rodeio e Timbó.

<sup>6</sup> 4ª GERFE: Agrolândia, Agronômica, Atalanta, Aurora, Braço Do Trombudo, Chapadão do Lageado, Dona Emma, Ibirama, Imbuia, Ituporanga, José Boiteux, Laurentino, Leoberto Leal, Lontras, Mirim Doce, Petrolândia, Pouso Redondo, Presidente Getúlio, Presidente Nereu, Rio do Campo, Rio do Oeste, Rio do Sul, Salete, Santa Terezinha, Taió, Trombudo Central, Vidal Ramos, Vitor Meireles e Witmarsum.

<sup>7</sup> Não inclui as empresas do SIMPLES NACIONAL

<sup>8</sup> Benefícios concedidos com base no art. 43 da Lei nº 10.297/96

Centro Administrativo do Governo - Rodovia SC 401 - KM 05, nº 4.600 – 88032-000 – Florianópolis – SC

Fone (48) 3665-2564 – E-mail: gabs@sef.sc.gov.br





ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

SETOR	9ª GERFE - Joinville			10ª GERFE - Porto União		
	Valor (R\$)	% REC. TRIB	% REC. TOT.	Valor (R\$)	% REC. TRIB	% REC. TOT.
Agroindustrial e pesqueiro	32.672.475,32	0,24%	0,13%	23.915.647,06	0,17%	0,10%
Têxtil	196.510.116,07	1,42%	0,79%	7.831.230,26	0,06%	0,03%
Importação	220.317.234,14	1,59%	0,89%	4.689.355,97	0,03%	0,02%
Benefícios de caráter social	56.697.498,17	0,41%	0,23%	11.243.786,91	0,08%	0,05%
Embalagens e descartáveis	43.698.895,89	0,32%	0,18%	106.184.269,94	0,77%	0,43%
Metal-mecânico	198.105.691,30	1,43%	0,80%	69.995,18	0,00%	0,00%
Informática e telecomunicações	60.614.339,02	0,44%	0,25%	480.931,57	0,00%	0,00%
<sup>11</sup> Fomento às pequenas empresas	44.769.578,86	0,32%	0,18%	1.699.311,26	0,01%	0,01%
Transportes e implementos rodoviários	47.321.766,55	0,34%	0,19%	4.162.058,43	0,03%	0,02%
<sup>12</sup> Fomento à industrialização catarinense	123.980.741,58	0,90%	0,50%	1.306.379,05	0,01%	0,01%
Energia, combustíveis e lubrificantes	22.514.541,41	0,16%	0,09%	17.960,59	0,00%	0,00%
Atacadistas	22.174.846,20	0,16%	0,09%	40.729,37	0,00%	0,00%
Náutico	6.134.382,24	0,04%	0,02%	-	0,00%	0,00%
Construção civil	14.620.658,75	0,11%	0,06%	4.426.373,73	0,03%	0,02%
Comércio varejista	7.410.835,68	0,05%	0,03%	819.705,77	0,01%	0,00%
Outros	36.921.018,71	0,27%	0,15%	968.425,37	0,01%	0,00%
<b>TOTAL</b>	<b>1.134.464.619,88</b>	<b>8,20%</b>	<b>4,59%</b>	<b>167.856.160,48</b>	<b>1,21%</b>	<b>0,68%</b>

<sup>9</sup> 5ª GERFE: Araquari, Balneário Barra do Sul, Barra Velha, Corupá, Garuva, Guaramirim, Itapoã, Jaraguá do Sul, Joinville, Massaranduba, São Francisco do Sul, São João do Itaperiú e Schroeder.

<sup>10</sup> 6ª GERFE: Bela Vista do Toldo, Caçador, Calmon, Canoinhas, Irineópolis, Lebon Regis, Macieira, Major Vieira, Matos Costa, Porto União, Rio das Antas, Timbó Grande e Três Barras.

<sup>11</sup> Não inclui as empresas do SIMPLES NACIONAL

<sup>12</sup> Benefícios concedidos com base no art. 43 da Lei nº 10.297/96



ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

SETOR	13ª GERFE – Joaçaba			14ª GERFE – Chapecó		
	Valor (R\$)	% REC. TRIB	% REC. TOT.	Valor (R\$)	% REC. TRIB	% REC. TOT.
Agroindustrial e pesqueiro	256.313.828,53	1,85%	1,04%	306.413.691,68	2,21%	1,24%
Têxtil	723.697,90	0,01%	0,00%	16.149.633,00	0,12%	0,07%
Importação	1.242.574,62	0,01%	0,01%	8.759.776,21	0,06%	0,04%
Benefícios de caráter social	17.656.361,79	0,13%	0,07%	30.563.255,82	0,22%	0,12%
Embalagens e descartáveis	10.401.500,85	0,08%	0,04%	22.155.322,86	0,16%	0,09%
Metal-mecânico	195.125,22	0,00%	0,00%	3.260.454,07	0,02%	0,01%
Informática e telecomunicações	562.211,40	0,00%	0,00%	5.089.171,51	0,04%	0,02%
<sup>15</sup> Fomento às pequenas empresas	6.991.313,08	0,05%	0,03%	10.160.776,07	0,07%	0,04%
Transportes e implementos rodoviários	5.242.976,63	0,04%	0,02%	13.318.768,75	0,10%	0,05%
<sup>16</sup> Fomento à industrialização catarinense	-	0,00%	0,00%	5.280.719,76	0,04%	0,02%
Energia, combustíveis e lubrificantes	2.789,82	0,00%	0,00%	60.841,84	0,00%	0,00%
Atacadistas	1.346.392,46	0,01%	0,01%	4.783.277,75	0,03%	0,02%
Náutico	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Construção civil	1.063.502,40	0,01%	0,00%	2.719.418,18	0,02%	0,01%
Comércio varejista	1.145.345,74	0,01%	0,00%	2.312.780,62	0,02%	0,01%
Outros	25.036.475,34	0,18%	0,10%	18.567.275,90	0,13%	0,08%
<b>TOTAL</b>	<b>327.924.095,79</b>	<b>2,37%</b>	<b>1,33%</b>	<b>449.595.164,01</b>	<b>3,25%</b>	<b>1,82%</b>

<sup>13</sup> 7ª GERFE: Abdon Batista, Água Doce, Alto Bela Vista, Arabutã, Arvoredo, Campos Novos, Capinzal, Catanduvas, Celso Ramos, Concórdia, Erval Velho, Herval D'oeste, Ibiam, Ibicaré, Ipira, Ipumirim, Irani, Itá, Jaborá, Joaçaba, Lacerdópolis, Lindóia Do Sul, Luzerna, Monte Carlo, Ouro, Paial, Peritiba, Piratuba, Presidente Castelo Branco, Seara, Treze Tílias, Vargem, Vargem Bonita, Xavantina e Zortéa.

<sup>14</sup> 8ª GERFE: Abelardo Luz, Águas de Chapecó, Águas Frias, Bom Jesus, Bom Jesus do Oeste, Caibí, Campo Ere, Caxambu do Sul, Chapecó, Cordilheira Alta, Coronel Freitas, Coronel Martins, Cunha Porã, Cunhataí, Entre Rios, Faxinal dos Guedes, Flor do Sertão, Formosa do Sul, Galvão, Guatambú, Ipuaçú, Iraceminha, Irati, Jardinópolis, Jupia, Lajeado Grande, Maravilha, Marema, Modelo, Nova Erechim, Nova Itaberaba, Novo Horizonte, Ouro Verde, Palmitos, Passos Maia, Pinhalzinho, Planalto Alegre, Ponte Serrada, Quilombo, Saltinho, Santa Terezinha do Progresso, Santiago do Sul, São Bernardino, São Carlos, São Domingos, São Loureço d'Oeste, São Miguel da Boa Vista, Saudades, Serra Alta, Sul Brasil, Tigrinhos, União do Oeste, Vargeão, Xanxerê e Xaxim.

<sup>15</sup> Não inclui as empresas do SIMPLES NACIONAL

<sup>16</sup> Benefícios concedidos com base no art. 43 da Lei nº 10.297/96

Centro Administrativo do Governo - Rodovia SC 401 - KM 05, nº 4.600 – 88032-000 – Florianópolis – SC

Fone (48) 3665-2564 – E-mail: gabs@sef.sc.gov.br







ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

SETOR	17 <sup>9</sup> a GERFE - Curitibanos			18 <sup>10</sup> a GERFE – Lages		
	Valor (R\$)	% REC. TRIB	% REC. TOT.	Valor (R\$)	% REC. TRIB	% REC. TOT.
Agroindustrial e pesqueiro	122.956.398,42	0,89%	0,50%	62.022.908,95	0,45%	0,25%
Têxtil	5.358.798,78	0,04%	0,02%	1.885.132,00	0,01%	0,01%
Importação	246.037,21	0,00%	0,00%	2.008.344,73	0,01%	0,01%
Benefícios de caráter social	11.894.922,74	0,09%	0,05%	16.521.774,58	0,12%	0,07%
Embalagens e descartáveis	22.602.653,37	0,16%	0,09%	10.983.506,95	0,08%	0,04%
Metal-mecânico	28.588,25	0,00%	0,00%	88.458,08	0,00%	0,00%
Informática e telecomunicações	494.359,87	0,00%	0,00%	612.604,35	0,00%	0,00%
<sup>19</sup> Fomento às pequenas empresas	3.213.275,23	0,02%	0,01%	1.176.697,67	0,01%	0,00%
Transportes e implementos rodoviários	3.108.303,76	0,02%	0,01%	1.326.206,10	0,01%	0,01%
<sup>20</sup> Fomento à industrialização catarinense	-	0,00%	0,00%	17.088.095,73	0,12%	0,07%
Energia, combustíveis e lubrificantes	-	0,00%	0,00%	142.911,80	0,00%	0,00%
Atacadistas	-	0,00%	0,00%	1.068.697,43	0,01%	0,00%
Náutico	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Construção civil	1.820.065,74	0,01%	0,01%	1.324.276,70	0,01%	0,01%
Comércio varejista	954.351,75	0,01%	0,00%	1.130.450,65	0,01%	0,00%
Outros	1.990.494,98	0,01%	0,01%	1.605.444,56	0,01%	0,01%
<b>TOTAL</b>	<b>174.668.250,10</b>	<b>1,26%</b>	<b>0,71%</b>	<b>118.985.510,29</b>	<b>0,86%</b>	<b>0,48%</b>

<sup>17</sup> **9ª GERFE:** Arroio Trinta, Brunópolis, Curitibanos, Fraiburgo, Frei Rogério, Iomerê, Pinheiro Preto, Ponte Alta, Ponte Alta Do Norte, Salto Veloso, Santa Cecília, São Cristóvão Do Sul, Tangará e Videira.

<sup>18</sup> **10ª GERFE:** Anita Garibaldi, Bocaina do Sul, Bom Jardim da Serra, Bom Retiro, Campo Belo do Sul, Capão Alto, Cerro Negro, Correia Pinto, Lages, Otacílio Costa, Paineal, Palmeira, Rio Rufino, São Joaquim, São José do Cerrito, Urubici e Urupema.

<sup>19</sup> Não inclui as empresas do SIMPLES NACIONAL

<sup>20</sup> Benefícios concedidos com base no art. 43 da Lei nº 10.297/96



ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

SETOR	21 <sup>11</sup> a GERFE – Tubarão			22 <sup>12</sup> a GERFE – Criciúma		
	Valor (R\$)	% REC. TRIB	% REC. TOT.	Valor (R\$)	% REC. TRIB	% REC. TOT.
Agroindustrial e pesqueiro	43.644.804,80	0,32%	0,18%	58.125.091,48	0,42%	0,23%
Têxtil	5.207.666,25	0,04%	0,02%	73.852.195,36	0,53%	0,30%
Importação	11.781.392,14	0,09%	0,05%	17.458.500,16	0,13%	0,07%
Benefícios de caráter social	39.245.133,18	0,28%	0,16%	21.440.101,39	0,15%	0,09%
Embalagens e descartáveis	15.258.654,83	0,11%	0,06%	10.519.560,17	0,08%	0,04%
Metal-mecânico	1.562.869,63	0,01%	0,01%	700.248,92	0,01%	0,00%
Informática e telecomunicações	9.192.182,68	0,07%	0,04%	3.089.400,34	0,02%	0,01%
<sup>23</sup> Fomento às pequenas empresas	8.924.943,30	0,06%	0,04%	18.611.026,74	0,13%	0,08%
Transportes e implementos rodoviários	2.492.442,71	0,02%	0,01%	6.075.004,30	0,04%	0,02%
<sup>24</sup> Fomento à industrialização catarinense	2.860.232,37	0,02%	0,01%	1.294.865,73	0,01%	0,01%
Energia, combustíveis e lubrificantes	6.017.674,61	0,04%	0,02%	26.031.207,97	0,19%	0,11%
Atacadistas	3.982.527,84	0,03%	0,02%	4.063.187,30	0,03%	0,02%
Náutico	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Construção civil	2.842.473,87	0,02%	0,01%	6.933.029,73	0,05%	0,03%
Comércio varejista	1.513.325,28	0,01%	0,01%	1.728.465,09	0,01%	0,01%
Outros	3.169.266,33	0,02%	0,01%	4.889.936,79	0,04%	0,02%
<b>TOTAL</b>	<b>157.695.589,83</b>	<b>1,14%</b>	<b>0,64%</b>	<b>254.811.821,48</b>	<b>1,84%</b>	<b>1,03%</b>

<sup>21</sup> **11ª GERFE:** Armazém, Braço do Norte, Capivarí de Baixo, Garopaba, Grão Pará, Gravatal, Imaruí, Imbituba, Jaguaruna, Laguna, Orleans, Paulo Lopes, Pedras Grandes, Pescaria Brava, Rio Fortuna, Sangão, Santa Rosa De Lima, São Ludgero, São Martinho, Treze de Maio e Tubarão..

<sup>22</sup> **12ª GERFE:** Balneário Rincão, Cocal do Sul, Criciúma, Forquilha, Içara, Lauro Muller, Morro da Fumaça, Nova Veneza, Siderópolis, Treviso e Urussanga.

<sup>23</sup> Não inclui as empresas do SIMPLES NACIONAL

<sup>24</sup> Benefícios concedidos com base no art. 43 da Lei nº 10.297/96



ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

SETOR	<sup>25</sup> 13ª GERFE – São Miguel			<sup>26</sup> 14ª GERFE – Mafra		
	Valor (R\$)	% REC. TRIB.	% REC. TOT.	Valor (R\$)	% REC. TRIB.	% REC. TOT.
Agroindustrial e pesqueiro	116.581.267,66	0,84%	0,47%	11.656.848,79	0,08%	0,05%
Têxtil	1.298.312,60	0,01%	0,01%	14.877.525,03	0,11%	0,06%
Importação	3.227.144,00	0,02%	0,01%	4.191.714,09	0,03%	0,02%
Benefícios de caráter social	18.569.462,69	0,13%	0,08%	11.516.884,21	0,08%	0,05%
Embalagens e descartáveis	133.699,86	0,00%	0,00%	16.525.663,75	0,12%	0,07%
Metal-mecânico	-	0,00%	0,00%	2.329.390,76	0,02%	0,01%
Informática e telecomunicações	362.363,41	0,00%	0,00%	1.725.506,42	0,01%	0,01%
<sup>27</sup> Fomento às pequenas empresas	2.094.408,28	0,02%	0,01%	8.660.776,79	0,06%	0,04%
Transportes e implementos rodoviários	1.776.694,40	0,01%	0,01%	3.580.310,44	0,03%	0,01%
<sup>28</sup> Fomento à industrialização catarinense	786.717,72	0,01%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Energia, combustíveis e lubrificantes	-	0,00%	0,00%	2.742.221,59	0,02%	0,01%
Atacadistas	96.658,34	0,00%	0,00%	500.297,20	0,00%	0,00%
Náutico	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Construção civil	982.004,98	0,01%	0,00%	3.663.992,62	0,03%	0,01%
Comércio varejista	443.540,75	0,00%	0,00%	927.738,04	0,01%	0,00%
Outros	766.192,20	0,01%	0,00%	4.973.731,82	0,04%	0,02%
<b>TOTAL</b>	<b>147.118.466,91</b>	<b>1,06%</b>	<b>0,59%</b>	<b>87.872.601,55</b>	<b>0,64%</b>	<b>0,36%</b>

<sup>25</sup> **13ª GERFE:** Anchieta, Bandeirante, Barra Bonita, Belmonte, Descanso, Dionísio Cerqueira, Guaraciaba, Guarujá do Sul, Iporã do Oeste, Itapiranga, Mondai, Palma Sola, Paraíso, Princesa, Riqueza, Romelândia, Santa Helena, São João do Oeste, São José do Cedro, São Miguel do Oeste e Tunápolis.

<sup>26</sup> **14ª GERFE:** Campo Alegre, Itaiópolis, Mafra, Monte Castelo, Papanduva, Rio Negrinho e São Bento do Sul.

<sup>27</sup> Não inclui as empresas do SIMPLES NACIONAL

<sup>28</sup> Benefícios concedidos com base no art. 43 da Lei nº 10.297/96



ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

SETOR	29 15ª GERFE – Araranguá		
	Valor (R\$)	% REC. TRIB	% REC. TOT.
Agroindustrial e pesqueiro	22.045.722,77	0,16%	0,09%
Têxtil	14.325.138,27	0,10%	0,06%
Importação	508.363,42	0,00%	0,00%
Benefícios de caráter social	18.285.042,28	0,13%	0,07%
Embalagens e descartáveis	-	0,00%	0,00%
Metal-mecânico	310.556,50	0,00%	0,00%
Informática e telecomunicações	340.348,54	0,00%	0,00%
<sup>30</sup> Fomento às pequenas empresas	1.438.514,67	0,01%	0,01%
Transportes e implementos rodoviários	304.567,51	0,00%	0,00%
<sup>31</sup> Fomento à industrialização catarinense	-	0,00%	0,00%
Energia, combustíveis e lubrificantes	564.045,68	0,00%	0,00%
Atacadistas	-	0,00%	0,00%
Náutico	-	0,00%	0,00%
Construção civil	574.730,06	0,00%	0,00%
Comércio varejista	680.381,33	0,00%	0,00%
Outros	1.367.972,75	0,01%	0,01%
<b>TOTAL</b>	<b>60.745.383,79</b>	<b>0,44%</b>	<b>0,25%</b>

<sup>29</sup> **15ª GERFE:** Araranguá, Balneário Arroio do Silva, Balneário Gaivota, Ermo, Jacinto Machado, Maracajá, Meleiro, Morro Grande, Passo de Torres, Praia Grande, Santa Rosa do Sul, São João do Sul, Sombrio, Timbé do Sul e Turvo.

<sup>30</sup> Não inclui as empresas do SIMPLES NACIONAL

<sup>31</sup> Benefícios concedidos com base no art. 43 da Lei nº 10.297/96



#### 4. PERSPECTIVA ECONÔMICA

Finalmente, cabe destacar as possíveis repercussões na economia catarinense, dos atuais cenários, político e econômico mundial e nacional.

A economia mundial deverá crescer em torno de 3,3% em 2015, ligeiramente abaixo do crescimento de 2014. Isto se deve em grande parte à projeção de um crescimento mais baixo do que o esperado, especialmente nas economias emergentes e em desenvolvimento.

De acordo com o FMI, a economia mundial poderá ter baixo crescimento por um período mais longo, já que não há um grande momentum nas economias mais avançadas mesmo diante de taxas de juros muito baixas e de outras políticas de incentivos. Nos países emergentes, a desaceleração do crescimento reflete vários fatores, incluindo o efeito negativo do baixo preço das *comodities*, as condições financeiras mais restritas, as restrições estruturais, os ajustes na China e os problemas econômicos em zonas de conflitos e guerras. Ainda assim, o órgão projeta um crescimento de 3,8% para 2016.

Em muitas dessas economias, inclusive, em algumas avançadas, reformas estruturais são necessárias para melhorar a infraestrutura, a produtividade e elevar o potencial de crescimento.

O Brasil se enquadra nesta perspectiva. Sua economia cresceu apenas 2,5% em 2013, 0,1% em 2014 e as previsões oficiais no País, já apontam forte retração em 2015. A crise política e a deterioração das condições fiscais do País gerou uma forte quedadas expectativas de empresários e consumidores. Isso fez com que o consumo e os investimentos fossem represados. Em 2015, o FMI, no relatório de julho já previa uma queda do Pib de 1,5%, enquanto internamente, a queda estimada já supera esse valor.

O elevado déficit fiscal do governo federal, o crescente déficit nas contas externas e no endividamento crescente do governo gerou uma forte crise de confiança no País. A inflação subiu e mantém-se elevada, deteriorando o poder de compra. Com isso, o Real teve forte desvalorização cambial e os juros colocados em patamares elevados, postergando as pretensões de crescimento econômico no curto e médio prazo.

A variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, em doze meses, alcançou 9,51% em agosto, bem acima do teto da meta estabelecida pelo Banco Central, de 6,5%.



Além desses problemas macroeconômicos e políticos que geraram endividamento das famílias e uma grande crise de confiança dos agentes econômicos, se soma o baixo crescimento mundial e a forte desvalorização das *comodities* vendidas pelo País.

Com o esgotamento das políticas de incentivo à demanda doméstica e sem perspectiva no mercado externo, sobram poucas alternativas a economia brasileira no curto prazo.

A economia estadual, bastante atrelada ao mercado interno e sujeita as políticas macroeconômicas federais, tem sofrido os efeitos da crise. A previsão de crescimento do Pib catarinense baseada nos indicadores anuais disponíveis até o final de agosto de 2015, indica também uma retração na economia estadual, embora significativamente menor do que a prevista para a economia nacional.

A balança comercial catarinense em 2015, até o mês de agosto, segue deficitária, resultado de exportações de US\$ 5,3 bilhões e de importações de US\$ 9,1 bilhões. O valor das exportações no acumulado do ano caiu 13,7%, enquanto o valor das importações caiu 13,2%.

O mercado de trabalho em Santa Catarina está em retração, mas continua com um desempenho superior ao nacional, tanto no acumulado do ano, como nos doze meses encerrados em julho, quando comparados com o mesmo período anterior. O setor de serviços foi o que mais gerou novos postos de emprego no Estado, enquanto a indústria a que mais demitiu.

De forma geral, observa-se que a retração prevista para 2015 na economia estadual, deve-se principalmente a uma ampla desaceleração na indústria de transformação, na construção civil e no comércio.

O impacto da desaceleração refletiu nas receitas públicas. O crescimento nominal da receita tributária estadual foi de 9,5% nos últimos doze meses até julho, abaixo dos 12,7% da mesma base de comparação de julho de 2014. Importante ressaltar que a receita tributária está apenas repondo a inflação oficial do período, que até julho de 2015 foi de 9,6%.

Diante deste cenário de retração econômica com queda de receitas e de crescentes demandas sociais por serviços públicos, fez-se necessário a renovação de esforços de gestão e de austeridade na alocação de despesas e investimentos.



ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

Além da provisão de serviços de saúde, educação e segurança pública, o desenvolvimento do Estado requer constantes investimentos em infraestrutura e logística, especialmente no setor energético, de transportes e saneamento.

Para suprir o déficit de infraestrutura e aumentar a oferta de serviços públicos, além de ajustes internos, o estado de Santa Catarina tem recorrido a financiamentos, que estão sendo captados principalmente no BNDES e no Banco do Brasil, conforme já destacados anteriormente.

Por fim, cumpre-nos informar a Vossa Excelência que o Art. 35 do ADCT determina que o Projeto de Lei Orçamentária deverá ser encaminhado para a Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina até três meses antes do encerramento do exercício financeiro, ou seja, até 30 de setembro.

Respeitosamente,

Antonio Marcos Gavazzoni

Secretário de Estado da Fazenda